

Assembleias por local de trabalho discutem emendas ao PL 6613

O Deputado Roberto Policarpo (PT-DF) apresentou emenda ao PL 6613 propondo 170% de aumento na GAJ, em três parcelas. Já o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou emenda que retira uma série de direitos duramente conquistados pela categoria. O Sisejufe retoma calendário de mobilizações com assembleias por local de trabalho entre os dias 12 e 14 de abril.



Foto: Tatiana Lima

“O PCS só virá com greve”

Na quarta-feira, 6 de abril, o deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF) apresentou na Câmara dos Deputados uma emenda ao Projeto de Lei 6.613/2009 que visa o aumento da remuneração dos cargos efetivos do Judiciário Federal por meio da majoração da Gratificação Judiciária (GAJ), ao contrário da proposta inicial que reajustava o vencimento básico. O deputado sustenta que, dessa forma, pode-se alcançar o mesmo objetivo (de aumento salarial) sem provocar os acréscimos residuais decorrentes da elevação de vantagens atreladas ao vencimento básico, tais como Adicional por Tempo de Serviço (ATS), Adicional de Qualificação (AQ), Gratificação por Atividade Externa (GAE) e Gratificação por Atividade de Segurança (GAS). A emenda propõe a elevação do percentual da GAJ de 50% para 170%, de forma gradual, em três parcelas sucessivas e não cumulativas, facilitando

assim o implemento do reajuste sem ocasionar prejuízos aos servidores.

No último dia do prazo para os deputados apresentar emendas ao PL 6613/09, dia 7 de abril, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) apresentou uma emenda que modifica o projeto. A proposta aumenta a GAJ (Gratificação de Atividade Judiciária) de 50 para 90% e cria a Gratificação de Desempenho Institucional, correspondente ao percentual de, no mínimo, 50% e, no máximo, 80% incidente sobre o vencimento básico do respectivo cargo, padrão e classe em que se encontra o servidor. O inciso II, do artigo 16 da emenda do deputado mineiro Reginaldo Lopes, é claro ao estabelecer a nova Gratificação de Desempenho Institucional e instituir, na prática, uma forma subjetiva de avaliação, sujeitando os servidores ao cumprimento de metas.

O Sisejufe deu início na terça-feira, 12 de abril, à rodada de assembleias para retomada da luta pela aprovação do PL 6613 – que reajusta o salário da categoria em 54,6%. A primeira das assembleias aconteceu em frente a Seção Judiciária da Justiça Federal (SJRJ), na avenida Rio Branco (foto). A necessidade de mobilização e unidade da categoria, além da posição do sindicato a favor a aprova-

ção de forma integral ao projeto original do PCS dominou a pauta. Na mesma tarde, às 15h, houve a segunda assembleia em frente ao TRE Sede.

O dirigente sindical Roberto Ponciano foi enfático: “A direção do sindicato não é favor de nenhuma das emendas enviadas em relação ao reajuste dos servidores do Judiciário Federal. Tanto do deputado Reginaldo Lopes

(PT-MG) quanto do deputado Roberto Policarpo (PT-DF), pois o governado não abriu negociações. Portanto, não vamos dar alternativas ao governo e sim lutar pela aprovação do projeto de forma integral”. E concluiu: “O PCS só virá com greve. Já realizamos greves históricas, mas a categoria desaprendeu a fazer greve. Precisamos reaprender!”.

NOTA DO SISEJUFÉ

O Sisejufe convocou as assembleias para discutir seu posicionamento oficial em relação às emendas ao PL 6613 – discussão essa que será levada à próxima Reunião Ampliada da Fenajufe.

Depois de tantas lutas para avançar em direitos, a emenda ao PL 6613/2009 apresentada pelo deputado Reginaldo Lopes (PT/MG) traz um retrocesso na luta por carreira e reajuste salarial da categoria do Judiciário Federal. A proposta prevê a extinção após a publicação da Lei das seguintes espécies remuneratórias: vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas (VPNI), de qualquer origem e natureza; diferenças individuais e resíduos de qualquer origem e natureza; valores incorporados à remuneração, decorrentes do exercício de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão; valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos; valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço; vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos artigos 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos artigos 192 e 193

da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; abonos; valores pagos a título de representação. A proposta incorpora essas espécies remuneratórias ao valor da Gratificação Judiciária e da Gratificação de Desempenho Institucional, resultantes da aplicação da Lei.

Além do vício de origem, o que impressiona na apresentação dessa emenda é a RETIRADA DE TANTOS DIREITOS da categoria de uma só vez, sem nenhuma contrapartida de melhoria salarial, visto que o vencimento básico permanece inalterado, a GAJ aumenta 40% e institui a Gratificação de Desempenho rechaçada pela categoria desde o início das negociações por ser um elemento de assédio moral para os servidores. Mais que isso, levando em conta que as espécies remuneratórias extintas passam a compor as gratificações previstas, estabelece na realidade uma artificialidade nos aumentos – que são constituídos a partir de parcelas da remuneração salarial que os servidores conquistaram ao longo da sua atividade funcional. Outro fator perigoso na emenda é a criação da Gratificação por Desempenho num ambiente em que os servidores têm sido assediados a fazerem jorna-

das extras de trabalho para cumprimento de metas.

Já a emenda proposta pelo ex-coordenador da Fenajufe e hoje deputado federal Roberto Policarpo (PT-DF), encontra eco nas conversações com o setor técnico do STF pois é uma alternativa para diminuir o impacto orçamentário e retomar o valor original do PCS. Há uma crítica política a ser feita que é a de que a GAJ ficará maior que o próprio vencimento básico, quando nos PCS's anteriores a preocupação foi aumentar o vencimento básico e não as rubricas complementares. Todavia, a GAJ é parte integrante da remuneração, não podendo ser rebaixada a posteriori. Se a emenda se tratar de uma estratégia política para a aprovação imediata do plano, podemos pensar em negociá-la e, no futuro, lutar para incorporá-la ao vencimento básico, como já foi feito em PCS's passados – como no caso do PCS1 para o PCS2 – já que o impacto orçamentário de uma incorporação é menor do que o da aprovação do projeto original. A direção do Sisejufe ressalta, contudo, que nosso posicionamento final só se dará após debater o tema com a categoria, ao final de todas as assembleias de 12 a 14 de abril.

LEIA TAMBÉM

Juíza de Petrópolis ameaça de prisão diretor sindical

Página 3

Sisejufe protesta contra o fechamento do IBC e do Ines

Página 4

Contas de 2010 e planejamento do Sisejufe para 2011 são aprovados

Página 5

Servidores pagam por erro administrativo da JF

Página 6

Uma doença que pode ser fatal

Dengue Diretor do Sisejufe explica como prevenir a doença e quais os seus sintomas

É causada por um vírus transmitido pela picada da fêmea do mosquito Aedes Aegypti

Marcelo Neres

O que é dengue?

É uma doença aguda de etiologia viral, de curta duração e gravidade variável, causada por um vírus transmitido pela picada da fêmea do mosquito *Aedes Aegypti*.

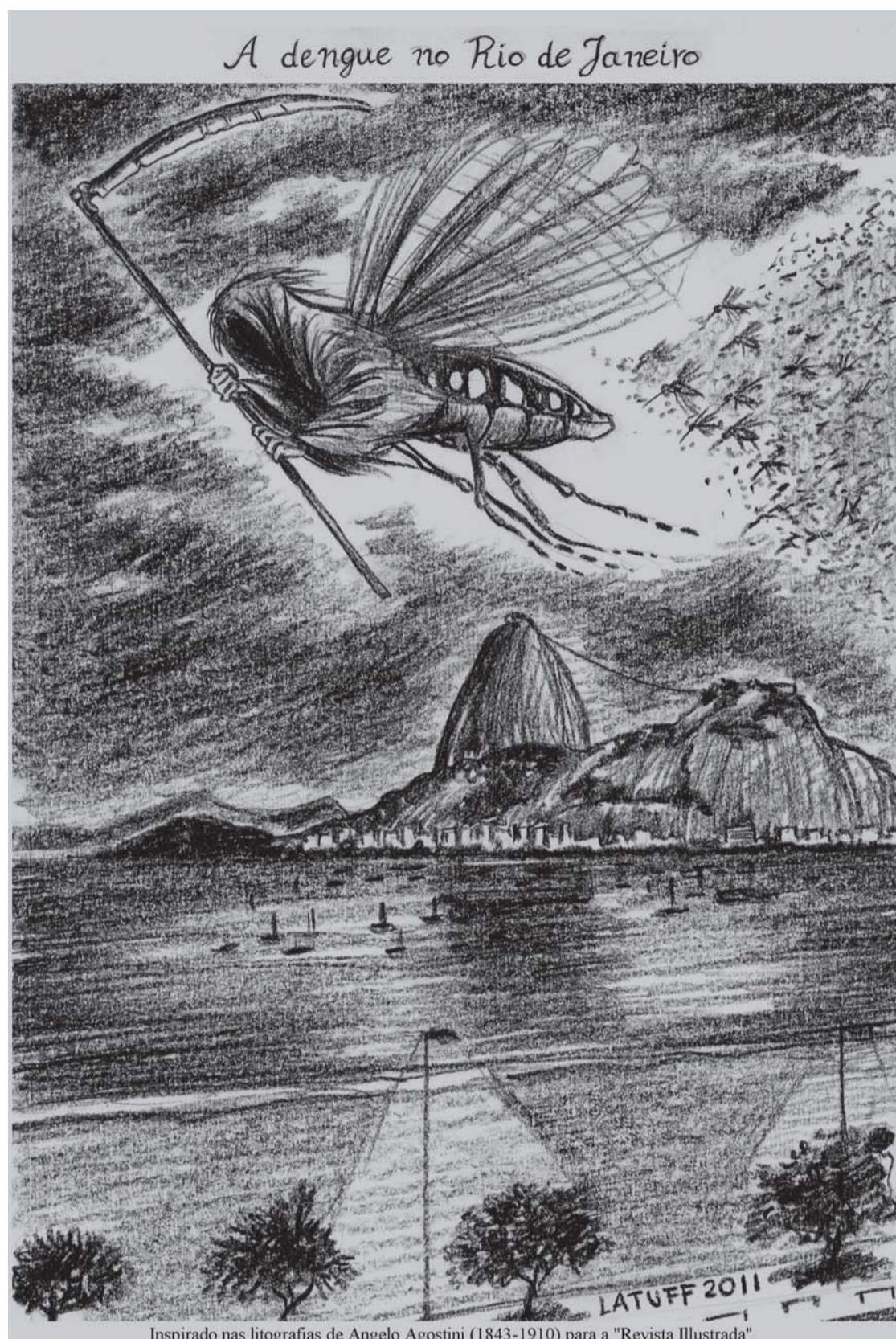
Como se manifesta a dengue?

Ela tem início repentino com febre alta, dor de cabeça, dores fortes nos olhos, músculos, ossos e articulações. Em alguns casos podem surgir pequenas hemorragias, vômitos, náuseas e erupções (manchas avermelhadas) na pele. Nas formas hemorrágicas podem ocorrer sangramentos intensos pelas gengivas, pele e intestinos. Trata-se de um caso muito grave que pode evoluir para morte. Deve-se procurar um médico sem perda de tempo!

Há vacina ou tratamento específico para a doença?

Não há vacina contra a dengue, por isso, a melhor solução é a prevenção, combatendo o mosquito *Aedes Aegypti* e eliminando todos os possíveis focos.

Ainda não há tratamento próprio para a dengue. São usados apenas medicamentos para controlar a febre e a dor, além da hidratação adequada e correção das perdas de sangue e plaquetas (nas formas hemorrágicas).



Inspirado nas litografias de Angelo Agostini (1843-1910) para a "Revista Illustrada".

Quais são os possíveis focos?

Qualquer objeto que sirva como depósito de água ao redor (exposto ao tempo) – pneus velhos, caixa d'água sem tampa, garrafas, latões, latas de lixo e outros vasilhames que possam acumular água e servir de ambiente para reprodução de *Aedes Aegypti*.

Cuidado!!

Plantas, em vasos com água

dentro de casa, são os principais focos de reprodução do mosquito na área urbana.

O que fazer quando se tem suspeita de dengue?

1- Procure um médico, e siga rigorosamente suas orientações.

2- Ingrida líquidos com grande frequência (ao menos 2 litros ao dia).

3- Se apresentar vômitos, deve-se retornar ao médico e avaliar a possibilidade de inter-

nação e hidratação endovenosa.

4- Nunca tome nenhum remédio que contenha em sua fórmula o Ácido Acetil Salicílico (ex.: AAS, Aspirina, Cibalena etc., leia a bula antes de tomar). Evite usar medicamentos sem orientação médica.

A prevenção ainda é o melhor remédio.

Coordenador do Núcleo de Saúde do Sisejufe.

CUT-RJ – SISEJUFÉ

Curso de formação Marx e Marxismo(s)

HISTÓRIA, TEORIA E POLÍTICA

Módulo I – Marxismos de Marx e Engels

Aulas semanais, a partir do dia 25 de abril de 2011, sempre às segundas-feiras, na sede do Sisejufe, Av. Presidente Vargas, 509/11º andar.

Inscrições abertas: enviar e-mail para formacao@sisejufe.org.br ou telefonar para 2215-2443.

Trabalhadores(as), e seus dependentes, sindicalizados do Sisejufe pagam somente o material (apostila).

Trabalhadores(as) sindicalizados(as) a sindicatos ou federações filiados(as) à CUT: R\$ 50,00 por mês.

Outros trabalhadores(as) R\$ R\$ 80,00 por mês.

Informações:

Roberto Ponciano

roberto@sisejufe.org.br

Helder Molina

professorheldermolina@gmail.com

CUT-RJ – SINTRASEF-RJ – SISEJUFÉ

Seminário de gestão de pessoas no serviço público

I Módulo – dias 3 a 5 de maio – Negociação Coletiva no Setor Público

II Módulo – dias 10 a 12 de maio – Estruturação de Carreiras e Política de Pessoal no Setor Público

III Módulo – dias 17 a 19 de maio – Gestão de pessoas na Administração Pública

Informações

• Secretaria do Sintrasef – sintrasef@sintrasef.org.br – tel.: 2220.8049

• Secretaria de Formação do Sisejufe formacao@sisejufe.org.br – tel.: 2215.2443

Inscrições: Secretarias de Formação e Relações de Trabalho da CUT-RJ formacao@cutrj.org.br – tel.: 2196.6700

Auditório do SINTRASEF-RJ – Avenida 13 de Maio, 13, 10º andar – Grupo 1007 – Centro/RJ

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Angelo Canzi Neto, Dulavim de Oliveira Lima Júnior, João Ronaldo Mac-Cormick da Costa, João Souza da Cunha, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Marcelo Costa Neres, Marcio Loureiro Cotta, Marcos André Leite Pereira, Maria Cristina de Paiva Ribeiro, Mariana Ornelas de Araújo Goes Liria, Moisés Santos Leite, Nilton Alves Pinheiro, Og Carramilho Barbosa, Otton Cid da Conceição, Renato Gonçalves da Silva, Ricardo de Azevedo Soares, Roberto Ponciano Gomes de Souza Júnior, Valter Nogueira Alves, Vera Lúcia Pinheiro dos Santos e Williams Faustino de Alvarenga.
ASSESSORIA POLÍTICA: Vera Miranda. **ASSESSORIA DE NÚCLEOS:** Bianca Lessa.

REDAÇÃO: Henri Figueiredo (MTb 3953/RS) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tatiana Lima **ILUSTRAÇÃO:** Latuff **DIAGRAMAÇÃO:** Deisedóris de Carvalho **CONSELHO EDITORIAL:** Roberto Ponciano, Henri Figueiredo, Max Leone, Valter Nogueira Alves, Ricardo de Azevedo Soares, Vera Miranda. **EDIÇÃO:** Henri Figueiredo.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,4 mil exemplares.

Sisejufe vai a Petrópolis e constata horas trabalhadas além do legal

Assédio Moral Juíza do Trabalho mostra-se irritada e ameaça de prisão o presidente do Sisejufe

Em 30 de março, os diretores do Sisejufe Roberto Ponciano e Nilton Alves Pinheiro estiveram presentes à 2ª Vara do Trabalho de Petrópolis para apurar denúncias de coerção dos servidores no sentido de trabalharem horas além do permitido legalmente e, também, aos sábados.

Os diretores sindicais pediram audiência com a diretora do Fórum de Petrópolis, juíza do trabalho Evelyn Corrêa de Guarú Guimarães, para comprovação ou não das denúncias recebidas por e-mail e carta anônima. A juíza recebeu os sindicalistas mas se mostrou bastante indignada com a presença de dirigentes do Sisejufe no cartório. A magistrada confirmou que houve horas trabalhadas a mais, mas disse que estas horas eram consensuais e que seriam compensadas pelos servidores. De acordo com a diretora do Fórum, alguns servidores inclusive já teriam compensado. Evelyn disse também que o trabalho extraordinário já tinha cessado.

Diante de tais informações, o sindicato tentou garantir um entendimento para que todos os trabalhadores tivessem suas horas compensadas e não mais houvesse trabalho acima do horário normal. Infelizmente, a juíza passou a ter uma postura de confronto com os representantes do sindicato e convocou os servidores para sua sala. Diante de todos, a juíza Evelyn Guimarães exigiu que o sindicato delatasse quem havia feito a denúncia.

Os dirigentes sindicais ponderaram que o papel do Sisejufe, nestes casos, era de proteger os trabalhadores resguardando o sigilo da fonte. A magistrada afirmou, então, que perdera a confiança nos servidores e ameaçou colocar todos à disposição caso o sindicato não revelasse a fonte da denúncia. A juíza chegou mesmo a “exigir” que o Sisejufe a denunciasse ao TRT.

MPT já investiga atos de magistrada

Os dirigentes do sindicato, numa postura de conciliação, ponderaram que com a cessa-

ção do trabalho extraordinário não havia nenhum interesse do sindicato em denunciar a magistrada. Ainda bastante irritada, ela continuou exigindo que o sindicato a denunciasse e disse que iria, naquele mesmo dia, estender o horário de todos os trabalhadores para dez horas. A magistrada afirmou ainda que se a jornada de trabalho voltou ao normal não fora por esforço do sindicato mas por uma “denúncia do Ministério Público do Trabalho” contra ela própria – ou seja, a própria juíza informou que já havia outra denúncia contra ela.

Em resposta, os dirigentes sindicais esclareceram que o retorno da jornada ao ritmo normal era resultado da ação sindical em Niterói, em fevereiro, e de uma reunião realizada entre os diretores do Sisejufe Valter Nogueira Alves e Vera Lúcia Pinheiro dos Santos tiveram com a presidente em exercício do TRT Glória Regina Ferreira Mello, que despachou para que a jornada de todos os trabalhadores voltasse ao normal.

Ameaças e coação explícita

Após esta discussão, a juíza exigiu que os servidores falassem na frente dela se sentiam coagidos ou não – o sindicato considera que esta atitude em si é uma coação! Os dirigentes sindicais disseram que o sindicato não aceitava que os servidores fossem expostos a tal tipo de constrangimento perante o gestor. Nesse momento, a magistrada deixou a sala. Roberto Ponciano e Nilton Pinheiro aproveitaram para tranquilizar os servidores e disponibilizar todos os contatos do Sisejufe (veja no final da matéria) para quaisquer tipos de denúncia, com garantia de anonimato.

Logo após a breve conversa dos diretores do Sisejufe com trabalhadores, a diretora do Fórum de Petrópolis, juíza Evelyn Guimarães, retornou e exigiu que o sindicato continuasse questionando as denúncias na presença de todos os servidores. A juíza voltou a perguntar a todos se eles sentiam-se constrangidos pelas horas extraordi-

nárias que ela pediu. No entendimento do Sisejufe, as horas extras foram uma exigência, não um pedido. Diante da magistrada, é óbvio, nenhum servidor a contestou e ela entregou um documento assinado “voluntariamente” – na versão da juíza –, por todos os servidores em que eles “concordavam” com a extensão do horário; todos os servidores, diante da juíza, em visível constrangimento, disseram ter assinado voluntariamente o documento.

O Sisejufe então redarguiu que este tipo de documento elaborado pela chefia é, por si só, uma forma de coerção, já que servidores com FC’s e em estágio probatório, por exemplo, se veem obrigados a assinar por medo de represálias. Visivelmente irritada, a juíza disse que o diretor-presidente do Sisejufe, Roberto Ponciano, estava rindo dela ao ler o referido documento. Nesse momento, a juíza Evelyn Guimarães ameaçou de prisão Ponciano, pela primeira vez, por suposto “desacato”. Ela reafirmou que iria estender a jornada para dez horas e colocar um servidor à disposição para “servir de exemplo” e perguntou o que o sindicato faria em tal caso.

O diretor-presidente Roberto Ponciano disse para todos os servidores presentes que o Sisejufe defenderia todo e qualquer filiado que fosse posto à disposição sem justificativa e que consideraria tal ato uma represália. Neste momento a juíza pediu que os dirigentes sindicais se retirassem da sala, pois a estariam “desrespeitando”. Ponciano e Nilton prontamente saíram da sala e foram conversar com os trabalhadores da 1ª Vara e do Protocolo.

Magistrada tenta intimidar diretores sindicais

Para surpresa de ambos os sindicalistas, quando estavam no 1º andar, já na saída do prédio, a diretora do Fórum os abordou e reiniciou a discussão. Dizendo-se ofendida, a juíza do trabalho inquiriu, novamente, sobre quem havia denunciado e disse que não discordava da pre-

sença do sindicato ali, pois trabalhava há 18 anos no TRT e não aceitava este tipo de posicionamento da entidade representativa dos servidores. Roberto Ponciano interpôs que era normal a visita do sindicato, já que está é a missão da entidade. Evelyn reagiu de forma autoritária e seguidamente ameaçou o dirigente sindical de prisão, dizendo que ele a estava desrespeitando.

A diretora do Fórum de Petrópolis disse: “Sou juíza e exijo respeito. Eu mando te prender!” Ponciano respondeu que o mesmo respeito que ele devia a ela como juíza, ela devia a ele como representante dos trabalhadores e que não estava faltando com o respeito. A magistrada prosseguiu ameaçando-o reiteradamente de prisão. Ponciano respondeu de forma categórica: “Excelência, se quer me prender, me prenda. Não cometi desacato, chame a Polícia Federal e me prenda”. A juíza exigiu que ele se retirasse dali (naquele momento a discussão se dava na calçada em frente ao cartório e o dirigente apenas estava parado respondendo tranquilamente às ameaças de prisão). A juíza Evelyn novamente o ameaçou: “Eu vou te prender, vou pegar os presentes como testemunhas e vou te prender”. Diante da cena, Roberto Ponciano se dirigiu aos curiosos que se aglomeraram para acompanhar a discussão e perguntou: “Alguém viu eu desacatar a juíza?”. Ninguém respondeu de forma afirmativa e ele permaneceu na calçada em frente ao Fórum.

A juíza disse, então, que não queria mais “conversar” com o diretor-presidente do sindicato. O diretor sindical Nilton Pinheiro, que a tudo acompanhava, permaneceu conversando com a magistrada e ponderou que a linha de atuação do Sisejufe não é de confronto, mas de defesa dos interesses e direitos dos servidores.

O sindicato lamenta a postura de confronto da juíza, já que o dirigente sindical Roberto Ponciano, neste caso, nada fez contra ela, apenas foi averiguar uma

denúncia de trabalho extraordinário não remunerado. Diante da atitude da magistrada, o diretor sindical ficou apenas aguardando que se cumprisse a ordem absurda de prisão que a própria juíza preferiu não executar. O simples fato de um dirigente sindical ser ameaçado de prisão, no exercício de suas funções, demonstra que algumas autoridades não sabem conviver num Estado Democrático de Direito, e creem que com autoritarismo se eliminam eventuais conflitos.

Ambos os diretores sindicais constataram que o clima dos servidores durante a visita era de medo. Houve a comprovação, pela fala da própria magistrada, das horas trabalhadas a mais e a ameaça feita por ela de mais trabalho extraordinário e de remoções como represália. O sindicato denuncia este tipo de atitude e se a juíza efetivamente retaliar qualquer servidor, o Sisejufe a denunciará e atuará na defesa deste servidor.

O sindicato ressalta também que a cessação do trabalho extraordinário foi obra de sua luta denunciando a situação ocorrida em fevereiro, em Niterói, que sensibilizou a vice-presidente no exercício da Presidência do TRT da 1ª Região Glória Regina, que mandou cessar em todo estado este tipo de atividade não-remunerado e não prevista na lei; provavelmente junto com as denúncias feitas pelo Ministério Público do Trabalho contra a juíza da 2ª Vara do Trabalho de Petrópolis – relatadas pela própria magistrada.

Estaremos atento ao desenrolar dos acontecimentos e denunciaremos todas as práticas abusivas que venham a vitimar os servidores de Petrópolis ou de qualquer outra unidade do Judiciário Federal no Estado do Rio de Janeiro. Para isso, disponibilizamos os nossos contatos:

contato@sisejufe.org.br
9189-9746
Roberto Ponciano
9429-9124
Nilton Pinheiro

Mais de 300 manifestantes protestam contra o fechamento do IBC e do Ines

Deficientes Ministro da Educação, em nota, afirma que institutos continuarão atendendo

Max Leone*

A rotina do pequeno Hugo Souza Mota, de apenas 6 anos, foi quebrada na manhã de segunda, 11 de abril. De cartaz na mão, ele, sua mãe, Vânia Silva de Souza, de 31 anos, e mais de 300 pessoas fecharam metade da pista da Avenida Pasteur, na Urca, em uma manifestação contra o fechamento do Instituto Benjamin Constant (IBC) e do Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines), em Laranjeiras. Cego desde os seis meses de idade, após ter tido câncer de retina, Hugo tentava acompanhar a agitação dos protestos segurando o cartaz e a mão de Vânia, que não escondia sua revolta com a ameaça do IBC deixar de existir e a proposta do Ministério da Educação para que os alunos deficientes visuais sejam matriculados também em unidades de ensino das redes públicas, como o Colégio Pedro II. O protesto, que ocorreu em frente ao prédio do instituto e causou engarrafamentos da região até Copacabana, contou com apoio do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, da Associação de ex-alunos do IBC entre outras entidades – a intenção foi justamente chamar a atenção da população para o problema.

“O governo federal diz que as outras redes têm condições de receber nossos filhos deficientes visuais. Isso não é verdade. As outras escolas não têm capacidade de atendê-los. O IBC tem salas especializadas em movimento espacial, para musicoterapia, para eles praticarem esportes



Fotos: Max Leone

Vânia, à frente da passeata, de óculos escuros, abraça o filho Hugo, de apenas 6 anos e cego desde os seis meses de idade devido a um câncer de retina: “O governo federal diz que as outras redes têm condições de receber nossos filhos deficientes visuais. Isso não é verdade”.

entre outras atividades. Não vamos encontrar isso nas redes municipal e estadual. Se não podem nos dar tratamento melhor, que nos deixem aqui no IBC”, desabafou Vânia, enquanto o pequeno Hugo já demonstrava certa irritação com o barulho do trânsito, dos discursos dos oradores que se revezavam ao microfone do carro de som.

Para a mãe de Hugo, fazer o menino estudar em duas escolas vai ser um transtorno muito grande na vida deles. Além do

problema da falta de estrutura das outras escolas, o deslocamento diário de um local para o outro será difícil. Moradora de Bento Ribeiro, Vânia passa o dia inteiro no IBC acompanhando e esperando o filho. “A gente se anula pela vida dos filhos. O que o governo tinha que fazer era investir mais e não acabar com o IBC, criando ensino de 2º Grau e Superior. Dizem que o instituto não dá certo. É mentira, dá certo sim. Está dando certo com meu filho”, disse.

Um dos participantes da manifestação Dulavim de Oliveira Lima Júnior, é diretor do Sisejufe, membro do Núcleo de Pessoas com Deficiência e ex-aluno do IBC, lembrou que inclusão social não se faz fechando uma instituição com mais de 100 anos como quer o Ministério da Educação. Ele ressaltou que, como tudo na vida, também há especificidades na educação. “A homens e mulheres não competem juntos a maratona nas Olim-

piadas. É respeitada a especificidade de cada um. Nem por isso não há integração. Somos totalmente contra o fechamento do IBC”, afirmou Dulavim.

Entre várias manifestações de apoio e de revolta de alunos, ex-alunos, reabilitandos, professores e moradores da imediações do IBC, o coordenador do Núcleo de Pessoas com Deficiência do Sisejufe, Ricardo de Azevedo Soares, afirmou que acabar com o ensino especializado não representa inclusão social. “Esse colégio não vai fechar. Vamos permanecer nessa luta. Daqui saíram muitos alunos que são excelentes profissionais, que fizeram concurso público e que se destacam em suas áreas”, disse Ricardo.

Tentando amenizar a revolta de pais e alunos, o ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou que os serviços de ensino do Instituto Benjamin Constant e o Instituto Nacional de Educação de Surdos, em Laranjeiras, não seriam fechados. A informação caiu como uma bomba quando uma diretora do MEC anunciou o término das atividades em 2012. Haddad informou ainda que os alunos matriculados nas duas escolas poderão também se matricular no Colégio Pedro II, vinculada ao governo federal. O que funcionaria como uma dupla matrícula, para estimular a inclusão dos estudantes em escolas regulares. O ministério fará parceria de cooperação entre o Ines, IBC e o Pedro II para ampliar a oferta para os alunos com deficiência visual e auditiva. O Colégio Pedro II tem cerca de 13 mil alunos, o IBC, 300, e o Ines, 480.

“O que está em discussão é o estabelecimento de uma parceria entre instituições de ensino do governo federal para ampliar a oferta de oportunidades educacionais, adicionais e não supressivas aos estudantes surdos e cegos, de modo que esses alunos, matriculados no Colégio Pedro II, possam receber apoio dos institutos, e alunos dos institutos possam efetivar, se quiserem, uma segunda matrícula no Colégio Pedro II”,

destacou, em nota, o Ministério da Educação.

Segundo Ricardo de Azevedo Soares, coordenador do Núcleo das Pessoas com Deficiência do Sisejufe, educação inclusiva deve ser feita com responsabilidade. “Não da maneira irresponsável que estão querendo nos empurrar goela abaixo. Tal inclusão já é realizada plenamente pelo Instituto quando coloca no mercado de trabalho e na rede regular de ensino de nível médio, pessoas extremamente capacitadas. Há várias maneiras de se acabar com o que é feito neste colégio e o ministro não vai acabar com o ensino da noite para o dia porque ele não é louco, mas pode ir implementando aos poucos, mimando os serviços prestados, não liberando as verbas necessárias para um trabalho de qualidade, etc. Temos que nos manter coesos e mobilizados, pois nossa luta não termina aqui neste ato e ela ainda será muito dura e muito difícil”, diz Ricardo.

Para ele, a questão da segunda matrícula no colégio Pedro II ou qualquer uma outra instituição de ensino é “um total e completo absurdo”, pois exporia a criança a desgaste desumano e não funcionaria na prática. “Enquanto uma criança sem deficiência, depois do colégio irá para casa brincar, jogar bola ou videogame, a criança deficiente visual ainda terá que enfrentar toda uma batalha de se chegar a outra instituição de ensino para obter conhecimentos que já lhe são dados em um único turno e de forma natural no IBC. Por que se destruir algo que está funcionando? Ser democrático é dar a opção de escolha à família de qual educação se deseja para seus filhos e para isso a Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência, a qual o Brasil é signatário e aqui no território pátrio tem força de Constituição”, defende o diretor sindical.



“Inclusão social não se faz fechando uma instituição com mais de 100 anos como quer o Ministério da Educação.”

Dulavim de Oliveira Lima Júnior, ex-aluno do IBC e diretor do Sisejufe

*Da Redação, com agências de notícias.

Balanço de 2010 e Planejamento Orçamentário de 2011 são aprovados por unanimidade em Assembleia Geral

Prestação de contas Mesmo com todas as mobilizações, superávit do exercício passado ultrapassa R\$ 469 mil

Na noite de 24 de março, na sede do sindicato, foi apresentada, discutida e aprovada por unanimidade a prestação de contas do Sisejufe no exercício de 2010, bem como a previsão e o planejamento orçamentário da entidade para 2011. Os sindicalizados presentes puderam mais uma vez exercitar a democracia participativa – uma marca dessa gestão – analisando os dados contábeis, com o detalhamento sendo feito pelo diretor administrativo e de finanças Valter Nogueira Alves, juntamente com o presidente do Conselho Fiscal, Francisco Costa de Souza. Os trabalhos foram secretariados pelo diretor sindical Willians Faustino de Alvarenga.

Todos os sindicalizados presentes receberam o parecer do Conselho Fiscal relativo aos documentos de 2010 (cujos balan-

cetes foram publicados na edição de março do jornal Contraponto). No documento, o Conselho Fiscal detalha como realizou o trabalho de conferência contábil, discrimina o procedimento de cada órgão do Judiciário Federal do Rio de Janeiro quanto às consignações dirigidas ao Sisejufe e lista uma série de recomendações técnicas para aprimorar o trabalho administrativo e financeiro da entidade.

A análise da prestação de contas demonstra o sucesso de uma gestão a que consegue equilibrar a luta sindical com uma gestão administrativa coerente e racional, que é superavitária mesmo atravessando períodos intensos de luta e mobilização – como fica exemplificado pelo superávit de R\$ 469.333,66 no ano de 2010. Basta lembrar que no ano que passou, a luta pelo PCS

e reajuste salarial foram a tônica, mas também muito se investiu em formação e qualificação dos seus filiados como prova as diversas atividades de formação, entre elas o Curso de Gestão Pública para o Judiciário.

Os dados de aumento da arrecadação demonstram o aumento da filiação, que traduz a aprovação da política desta atual gestão. O investimento em atualização e valorização do patrimônio da entidade é balanceado com a política de fazer uma ampliação de reserva financeira, hoje no patamar de R\$ 260.769,49 para que a categoria sempre disponha de um fundo de execução de políticas que a categoria venha definir tanto na luta geral quanto em relação ao patrimônio da entidade.

Outro elemento importante



Balancetes: alguns dos presentes à assembleia conferem as contas

que se sobressai da leitura dos dados é o quanto a gestão administrativa vem otimizando os recursos da arrecadação através de modificações dos processo de trabalho, atualizações tecnológicas etc. A aprovação das contas por unanimidade, pela sexta vez consecutiva, dá à atual diretoria a sensação de dever cumprido e de ter acertado politicamente na

condução do Sisejufe, ainda que saiba há muito a fazer na luta pelo PCS e em outras demandas sindicais. O saldo é positivo e superavitário, não somente para as contas mas também para a linha política que orienta essa gestão, demonstra o acerto da categoria na escolha do programa e dos seus representantes para a gestão 2008-2011.

Investimento na compra de uma copiadora exemplifica austeridade da gestão do Sisejufe

Max Leone*

Uma decisão da diretoria do Sisejufe, tomada no segundo trimestre de 2010, proporcionou uma economia de R\$ 120.623,50 aos cofres do sindicato, num período de apenas 11 meses. Ao optar pela compra da copiadora Xerox Work Center 7428, a entidade deixou de gastar recursos para confeccionar e imprimir grande parte do material gráfico usado no cotidiano da luta sindical e dos afazeres internos do sindicato. Até então, a maioria dos panfletos, cartazes, boletins e documentos, era rodada ou copiada fora do sindicato em empresas que cobram preços de mercado – o que representava alto custo à entidade. O equipamento comprado pela diretoria tem capacidade para imprimir 80 mil cópias por mês.

Nos últimos 11 meses, desde abril do ano passado, quando a máquina começou a operar na sede do sindicato, e março de 2011, o investimento feito no

equipamento (R\$ 27.764,00), com pagamento à vista, já foi recuperado e ainda possibilitou que a direção do sindicato não precisasse gastar mais R\$ 92.859,50 com cópias e impressões feitas externamente.

Nesse mesmo período foram rodados 196 mil cópias preto e branco, de boletins, panfletos e documentos internos, deste total, 180 mil boletins informativos para a categoria e 16 mil documentos internos, usados pelos vários departamentos do sindicato, em papel A4. Outras 73 mil foram reproduções coloridas, sendo 59 mil de boletins e panfletos e 14 mil de documentos internos também em papel A4. Houve ainda trabalhos feitos em formato de papel A3, que é o caso de cartazes, ou informativos maiores. Nesse modelo, foram impressos 5 mil peças.

Caso o sindicato não tivesse investido na compra da copiadora, todo esse material produzido nos últimos 11 meses teria custado aos cofres do sindicato



pelo menos R\$ 190.600,00. Isso levando em conta os preços de cópias em preto e branco e coloridas, em papel A4 e A3, de acordo com o que é cobrado no mercado. As 196 mil cópias em preto e branco sairiam a R\$ 19.600,00, com cada impressão ao custo médio de R\$ 0,10. Já as 73 mil coloridas custariam R\$ 146 mil, pelo preço médio de R\$ 2,00 cada cópia. E as 5 mil impressões em papel A3 representariam despesas de R\$ 25 mil, a um preço médio de R\$ 5, cada cópia.

O PORQUÊ DO INVESTIMENTO	
Custo total do material impresso, em 11 meses, se fosse feito no mercado:	Diferença entre o custo do material feito fora e dentro do sindicato:
R\$ 190.600,00	R\$ 120.623,50
Custo do material impresso, em 11 meses, feito usando a copiadora do sindicato:	Investimento feito na copiadora:
R\$ 69.976,50	R\$ 27.764,00
	Economia final, descontando o que foi pago pela máquina:
	R\$ 92.859,50

Com a aquisição da copiadora Xerox Work Center 7428, o custo do material leva em conta o gasto com papel e cartuchos de tonner, e ficou em torno de R\$ 69.976,50. Deste modo, podemos considerar que as 196 mil cópias em preto e branco tiveram um custo de R\$ 1.240,00, o equivalente a quatro cartuchos de tonner preto. Cada unidade de cartucho tem capacidade de imprimir 25 mil cópias. Cada um sai a R\$ 310,00. Levando em conta o preço de uma folha de papel A4

(R\$ 0,024), o custo com papel ficou em R\$ 4.704,00, totalizando R\$ 5.944,00. As cópias coloridas custaram R\$ 63.752 (R\$ 62 mil de tonner colorido, mais R\$ 1.752 de papel). O custo da folha de papel A3 ficou em R\$ 280,50.

O uso da copiadora, praticamente não alterou a conta de luz do sindicato. O custo médio da conta de luz, nos últimos 11 meses, foi de R\$ 2.261,70.

*Da Redação.

Servidores pagam por erro administrativo da JF

Oficiais de Justiça Sisejufe protocolou requerimento solicitando indenização aos prejudicados

Os oficiais de justiça avaliadores federais lotados na Central de Mandados Criminal, se reuniram com Departamento Jurídico e a direção do sindicato na quinta-feira, 22 de março, às 19h, para discutir sobre a falta de pagamento da indenização de transporte deste segmento no mês de março.

Tatiana Lima*

De acordo com informações dos oficiais, um erro administrativo causou a falta de pagamento do mês de fevereiro da indenização de transporte que, até o momento, ainda não foi ressarcida pela Justiça Federal. O problema afeta 40 oficiais lotados Ceman Criminal e também os oficiais da Subseção Judiciária de São João de Meriti.

O problema decorreu do atual sistema administrativo adota-

do pelo setor de Recursos Humanos (SRH) da Justiça Federal. Neste sistema, o envio da lista de presença ao trabalho e a comprovação de cumprimento de mandados dos oficiais de justiça está sob responsabilidade do supervisor do setor, que preenche uma ficha e repassa as informações referentes aos 40 servidores ao SRH. Caso o supervisor não envie a lista de presença e cumprimento de mandados, a Justiça Federal suspende, preventivamente, o pagamento para só depois apurar os motivos da ausência no envio das listas. Os oficiais consideram que o melhor seria, uma vez que o pagamento se refere ao mês anterior, efetivar o pagamento e depois, se for o caso, descontar na remuneração do mês subsequente.

Para o dirigente sindical, Roberto Ponciano, o sistema adotado pela Judiciário é um equívoco. “O sistema atual da justiça pressupõe a má fé dos trabalhadores e isso a Justiça não pode

fazer. Um trabalhador não pode pagar e ser punido por um erro administrativo que é da Justiça. A verdade é que não se pode usar um sistema onde se um funcionário não puder enviar a listagem por algum motivo, se deixa de pagar a remuneração de 40. Tinha de ser o contrário. A Justiça deveria pagar e após ser informada da falta do funcionário, aí descontar a ausência. Mas não, a Justiça pune os trabalhadores que não deram ensejo a que fossem punidos”, posiciona-se Ponciano.

A suspensão de pagamento da indenização de transporte dos oficiais de justiça, mesmo que por apenas um mês, afeta muito a rotina dos servidores. Isso ocorre porque, como a nomenclatura do benefício já diz, o sistema de remuneração de transporte é indenizatório. Na prática, os servidores já custearam o transporte para a execução dos mandados judiciais. Portanto, ao não receberem o pagamento, os oficiais deixam de ser ressarci-

dos por um valor já gasto no mês anterior.

Por isso, o erro administrativo tem causado consequências na rotina dos oficiais de justiça tanto no trabalho como na vida pessoal. É o caso do servidor Ramon Barros Lopes, que conta que comprou um bilhete único de ônibus para realizar o cumprimento de mandados, pois não possui condições financeiras de arcar com as despesas do carro sem o auxílio-transporte. “Só teria uma solução: entrar no cheque especial para trabalhar para a Justiça Federal, mas isso eu não vou fazer. Seria um absurdo. Decidi comprar um passe do Riocard, pois com o cartão posso comprovar efetivamente que estou trabalhando. Agora, isso prejudica a agilidade do cumprimento das tarefas, pois só vou poder cumprir um mandado por dia. A meta para os oficiais deve ser suspensa”, concluiu Lopes. A indenização de transporte é paga como forma de ressarcimento aos oficiais

que, não dispondo de carro oficial, usam o próprio veículo para cumprir as diligências.

A informação do SRH é de que o pagamento da indenização de transporte que foram prejudicados será efetuado somente em abril, junto com a remuneração. “Você não receber pelo gasto que teve em fevereiro e ainda só vai ser ressarcido em abril. É complicado”, diz um servidor que pediu para não ser identificado.

O Departamento Jurídico do Sisejufe protocolou requerimento administrativo junto à Administração do Foro solicitando o pagamento imediato da indenização de transporte aos prejudicados, posto que estão sendo penalizados pela ineficiência administrativa da JFRJ. Também foi requerido que, aos oficiais que não receberam a indenização de transporte, a dispensa da meta mínima de execução de mandados, até que seja restabelecido o pagamento.

*Da Redação.

Sisejufe apoia evento sobre xadrez no Centro Cultura Justiça Federal

O Centro Cultural Justiça Federal realizou no dia 2 de março o evento “Uma Noite com Xadrez”. Com apoio do Sisejufe, o debate promoveu uma homenagem a pessoas relacionadas à Justiça e profissionais de outras áreas que jogam ou jogaram o xadrez. A mediação ficou por conta do crítico literário Ricardo Oiticica. Entre os participantes estavam notáveis do xadrez carioca e que se destacam em profissões diferentes, como o músico Bernardo Katz, o cardiologista Luciano Herman Belém, o oficial de justiça Carlos Rosa, que foi bicampeão estadual, e o engenheiro gerente de sistemas de informação Alberto Mascarenhas.

Cada participante expôs o que o jogo de xadrez representa ou ainda significa em suas vidas e deram suas impressões a respeito dos grandes nomes da modalidade, entre eles o gaúcho

Henrique Costa Mecking, o Mequinho.

Além do debate, houve performance teatral, onde o ator Sérgio Motta leu textos de Carlos Drummond de Andrade, Fernando Pessoa e Jorge Luis Borges, relacionados ao xadrez. Composto o ambiente, fotos de eventos de xadrez do século XIX e de meados do século XX. No palco um tabuleiro servia ao artista para representar o esforço de concentração e as emoções de um enxadrista, que se expressava sem palavras, só por mímica.

Os presentes assistiram também a performance musical de Bernardo Katz, carioca e espécie de menino prodígio do xadrez local, no início dos anos 70. Ele chegou a bater, inclusive o campeão brasileiro J.T. Mangini, mas ao final da adolescência optou por dedicação exclusiva à música.

Ao final do evento, foram entregues placas de louvor a Luciano Belém (*in Memoriam*), e a Carlos Rosa e José Eduardo Maia, servidores públicos federais, ex-campeões estaduais.

Para o oficial de Justiça Carlos Rosa, lotado na Central de Mandados Civil, na Rio Branco, a prática de jogar xadrez o ajudou muito no campo profissional e pessoal. Segundo ele, passou a ser uma pessoa mais metódica e organizada. O servidor de 45 anos de idade joga xadrez desde os 18. “O xadrez ajudou muito até nos estudos para passar no concurso da Justiça Federal. Exige do praticante disciplina e desenvolve a memória, além do equilíbrio emocional. No jogo, uma distração pode fazer você perder uma partida de mais de 4 horas”, explica o servidor.

Da Redação, com informações do blog maiakowsky.blogspot.com/

CJF aprova Código de Conduta para gestores

A Justiça Federal agora tem seu próprio Código de Conduta. A Resolução que cria a norma foi aprovada na segunda-feira, 28 de março, por unanimidade, pelos membros do Conselho da Justiça Federal (CJF). O código deverá ser observado pelos servidores e gestores do conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo grau, e foi elaborado nos mesmos moldes do Código de Conduta aprovado em 2009 no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. O relator do processo no CJF, ministro Félix Fischer, considerou a iniciativa de grande relevância para a instituição. “A formalização de padrões de comportamento de maneira mais particularizada é muito louvável, pois, além de constituir fator de segurança para seus destinatários, inibe condutas incompatíveis com os padrões éticos almejados pelo serviço público”, declarou.

O objetivo da Resolução é orientar o comportamento dos servidores e gestores para que as ações do CJF e das unidades da Justiça Federal sejam uniformes,

quanto às missões institucionais de cada órgão, e aptas a espelhar ética e probidade. “Integridade, lisura, transparência, respeito e moralidade são valores expressamente estabelecidos no Código como princípios de conduta a serem observados pelos seus destinatários”, lembra o relator. O Código estabelece parâmetros de conduta acerca de temas delicados, como a prática de preconceito, discriminação, assédio ou abuso de poder, sigilo de informações, uso de sistemas eletrônicos, zelo pelo patrimônio público, publicidade de atos, falhas administrativas e responsabilidade socioambiental. “Desta forma, o Código de Conduta contribui para despertar a consciência ética do gestor ou servidor no trato desses temas, previamente identificados como potenciais geradores de conflitos de interesses, além de orientar a conduta dos destinatários quando com eles se depararem”, concluiu o ministro. [Fonte: Assessoria de Imprensa do Conselho da Justiça Federal.]

Servidores aproveitam desconto de até 30% em rede de hotéis

Convênios Parceria do Sisejufe com empresa de turismo favorece sindicalizados

Max Leone*

A técnica judiciária Rosalina Soares Marques, de 38 anos, não perde uma oportunidade. Sempre que é possível, ela e um grupo de colegas de trabalho arrumam as malas e se mandam para o balneário de Armação dos Búzios, na Região dos Lagos do Rio. Eles aproveitam o convênio do Sisejufe mantido com a empresa CMMC Rio que dá desconto de até 30% em rede de hotéis próprios. A última vez que estiveram em Búzios foi em fevereiro. E Rosalina já planeja a próxima viagem com o grupo.

“Estamos pensando em voltar lá em abril. O sistema de apartamento é bom. Ficamos hospedados bem perto da Rua das Pedras e os apartamentos são bem espaçosos. Tem uma localização ótima”, afirma, ressaltando que já usou quatro vezes o convênio. “Vale muito à pena. Eu recomendo”, incentiva.

Servidores e servidoras sindicalizados do Sisejufe, além de seus dependentes e acompanhantes, também podem aproveitar como fez a técnica judiciária Rosalina Marques. O convênio entre o sindicato e a empresa CMMC Rio Turismo oferece uma rede de hotéis próprios em cidades como Águas de Lindoia (SP), Angra dos Reis, Cabo Frio, Igua-



Foto: divulgação

ba Grande, Nova Friburgo, Saquarema e Ubatuba (SP). A parceria proporciona descontos de aproximadamente a 30% sobre o valor das diárias normais.

Os apartamentos dos hotéis são mobiliados, com cozinha equipada com fogão, geladeira e utensílios para pequenas refeições. A maioria deles possui piscina, sauna, quadra poliesportiva ou outra área de lazer.

De acordo com Marise Gomes, representante da empresa, o servidor tem direito de usar o convênio para ter o desconto em qualquer época do ano, exceto no Carnaval, Réveillon e Sema-

na Santa. “O sindicalizado tem direito a utilizar quantas vezes desejar, pagando um valor bem abaixo do mercado”, explica Marise, ressaltando que os hotéis da rede própria podem ser conferidos na página www.cmmcturismo.com.br.

“Os valores podem ser verificados no site link Convênio-Empresa – Valor das diárias. Sobre este valor, o sindicalizado ainda tem mais um desconto, mas no site já poderá ter uma noção precisa de quanto pagará”, explica Marise.

*Da Redação.

Como reservar

O sindicalizado deve ligar para (21) 3332.3895, informar o número da matrícula no Sisejufe (que consta na carteira de sindicalizado) e fechar a reserva.

Hotéis

Águas de Lindoia (SP), Angra dos Reis, Cabo Frio, Iguaçu Grande, Nova Friburgo, Saquarema e Ubatuba (SP). Podem ser conferidos na página www.cmmcturismo.com.br.

Ministra do Planejamento confirma reunião com entidades sindicais na quarta, 13 de abril

Servidores devem participar em peso do ato unificado, em Brasília, contra retirada de direitos

Em resposta às pressões dos servidores e ao pedido de audiência, enviado desde fevereiro pelas entidades sindicais do funcionalismo público, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Mirian Belchior, confirmou que receberá representantes das entidades na quarta-feira, 13 de abril, às 17h.

Desde meados de fevereiro, quando os servidores federais lançaram sua campanha salarial de 2011, com um grande ato

unificado, as entidades vêm tentando ser recebidas pela ministra para apresentar a pauta de reivindicações do funcionalismo público e o posicionamento contrário a vários projetos em tramitação no Congresso Nacional. Na quarta-feira, 13 de abril, quando será realizado ato unificado dos servidores, na porta do Ministério, uma comissão de dirigentes sindicais cobraria mais uma vez, a reunião com Mirian Belchior. Agora, com a confirmação, as entidades debatem a participação no encontro.

Na tarde de segunda-feira, 11 de abril, os coordenadores da Fenajufe Evilásio Dantas e Cleo Vieira participaram de reunião

com representantes de outras entidades nacionais, na Confederação dos Servidores Públicos Federais (Condsef). No encontro, os dirigentes sindicais avaliaram que a resposta da ministra é resultado das pressões feitas pelos servidores, mas reforçaram que ainda é preciso muita mobilização e unidade para barrar projetos que tiram direitos, que abrem espaço para privatização do serviço público e que congelam o salário dos servidores.

“Na nossa avaliação, a ministra começou a ceder às pressões do conjunto do funcionalismo, mas isso não quer dizer que ela vai atender as nossas demandas. Na quarta-feira, teremos que co-

brar o compromisso da ministra com cada ponto da nossa pauta de reivindicação. Mas para garantirmos isso, precisamos ter um grande ato unificado na porta do Planejamento, com uma vigília até o final da reunião”, ressaltou Evilásio Dantas, orientando que os sindicatos filiados à Federação enviem representantes para a manifestação.

Confira abaixo os eixos do ato unificado do dia 13 de abril:

- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.
- Regulamentação/institucionalização da negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.

- Retirado dos PL's, MP's e decretos contrários aos interesses dos servidores públicos [PLP 549/09, PL 248/98, PL 92/07, MP 520/10 e demais proposições].

- Cumprimento, por parte do governo, dos acordos firmados e não cumpridos.

- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

- Definição de data-base em 1º de maio.

- Política salarial permanente com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.

“Sou um compositor que canta”, revela o técnico judiciário Vicente Jordão

Foto: Tatiana Lima

O carisma do técnico judiciário José Vicente Benevenuti, nascido e criado em Realengo, Zona Oeste do Rio, é conhecido entre os colegas de trabalho. Não há quem não conheça este leonino com ascendente em leão, que adotou o nome de Vicente Jordão após consultar a numerologia. “Fui verificar quem era Vicente Benevenuti e deu que era um cara intimista, calado e fechado. Aí, eu disse: epa, esse aí não sou eu não”, conta o servidor, coordenador de música do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF).

Tatiana Lima*

Foi aí que Vicente teve a ideia de adaptar o sobrenome da mãe Cený Jordani, para Jordão, com a bênção da numerologia que descreveu Vicente Jordão como uma pessoa simpática, falante, dinâmica e, sobretudo, musical. “Falei na hora: é esse. Jordão sou eu!”, descreve a cena.

Aos 46 anos, pai de duas filhas, o servidor trabalha há mais de 21 anos, na Justiça Federal. Filho de músico – seu pai é o acordeonista José Benevenuti – Vicente desde pequeno se apaixonou pela música vinda do quintal: choros, sambas, afoxés, maracatus, música instrumental e popular brasileira. “Poesia e música sempre fizeram parte da minha natureza. É igual a respirar”, conta.

Formado em taquigrafia por influência de uma prima, ele levou quatro anos para se formar no ofício. Em 1989, passou no concurso e foi para Brasília. Já em 1990, se transferiu para o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), no Rio. Até hoje, é ele

quem faz a ata das reuniões no setor em que trabalha, pois é capaz de registrar 120 palavras por minuto.

Já funcionário público, resolveu estudar direito, mas no 9º período, desistiu do curso. Pai e amigos não entenderam o porquê do servidor não completar o curso. “O que ninguém para para pensar é que, na verdade, o que faltava era um ano para eu entrar no inferno”, explica Vicente sem titubear.

Hobby com seriedade

Paralelamente estudou música como “um hobby revestido de seriedade”. Entender a arte feita de três elementos: harmonia, letra e melodia, era uma motivação. “Ao contrário das demais pessoas que se deslumbravam com o Milton Nascimento cantando Travessia, por exemplo, o que queria saber é quem era o gênio que compôs aquela pérola”, confessa Vicente que se define: “Sou um compositor que canta e não um cantor que compõe”.

O gênio a quem ele se refere é Fernando Brant, um dos compositores que servem de



referência, além de Tom Jobim, Chico Buarque, Aldir Blanc e Paulo César Pinheiro, Luís Gonzaga e Jackson do Pandeiro.

*Da Redação.

Descoberta de Talentos – O Projeto Prata da Casa apresenta talentos artísticos do funcionalismo do Judiciário Federal do Rio. Iniciativa do Departamento de For-

mação, Cultura, Esporte e Lazer do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidores e servidoras que possuam produção artística e consigam con-

A dedicação nos estudos de música deram qualidade ao músico e despertaram a atenção do mestre Sidão Santos, que convidou o aluno para acompanhá-lo em shows e insistiu para Vicente gravar as composições que escrevia. Não demorou muito para o servidor gostar do estúdio e decidir gravar os fonogramas de forma independente. Para isso, ele pegou até empréstimo. Sobre o risco, Vicente é taxativo. “Arriscado é fazer o que não gosta e não ser feliz. Quero fazer show autoral e lançar minhas músicas. Se não der certo, em três anos, pago as dívidas. E volto a ser quem eu sou”, conclui.

O estilo musical de Vicente é o samba. “Por Amor” foi a canção escolhida para dar nome ao primeiro trabalho. “O samba é um estilo musical lamentoso e falar de amor é um desafio. Os composi-

tores de samba precisam enfrentar o amor”, explica o compositor Vicente, que na canção versa: “Se não for por amor e nada dizer; Se não for por amor ser sambista pra quê”.

Para o servidor, os compositores brasileiros têm se dedicado tanto ao estudo de harmonia e melodia, que largaram de lado a arte de escrever boas letras, o que reflete no atual cenário musical. Por este motivo, Vicente, um mangueirense de coração, dedicará apenas um samba para sua escola as outras 11 canções são reservadas para o amor.

O CD de Vicente Jordão sai apenas no segundo semestre deste ano. Mas enquanto o CD não chega, você pode conferir seis músicas do trabalho musical do servidor na página www.myspace.com/vicentejordao/.

para jogar essa atividade com os trabalhos no serviço público. Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br



Fotos: divulgação

“Arriscado é não ser feliz na vida”